

AUDITORES DA RECEITA PRETENDEM INTENSIFICAR GREVE

Decreto 7.777 publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de julho de 2012, prevê a substituição de servidores federais por funcionário estaduais e municipais na fiscalização das importações e exportações. Medida desagradou os auditores fiscais da Receita Federal, que estão com atividades parcialmente paralisadas desde o dia 19 de junho. Eles planejam intensificar a greve e mover ação judicial contra a medida da presidente Dilma Rousseff.

Segundo o Presidente da Delegacia Sindifisco Nacional em Marília, Luiz Benedito, o decreto fere a constituição federal que estabelece que a fiscalização e controle sobre o comércio exterior devem ser realizados exclusivamente pelo Ministério da Fazenda.

“Houve uma demonstração de força do governo, que deixou a categoria ainda mais insatisfeita, para nós é uma provação ilegal”,

O Sindifisco ainda não decidiu qual será a melhor maneira de derrubar o decreto. A tentativa inicial poderá ser um mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) ou até mesmo ações ordinárias na primeira instância da Justiça.

O Sindifisco aguarda uma proposta do governo até o próximo dia 31. Caso seja julgada insatisfatória pelo sindicato, a entidade realizará assembleias no dia 1º de agosto para discutir o rumo da greve que já dura quase 40 dias. O próximo encontro deverá intensificar o movimento, fazendo com que os auditores entrem em greve geral, a qual deixará apenas 30% dos serviços em operação. Segundo Benedito até o momento não houve nenhuma tentativa de negociação por parte do governo federal.

Em Marília a paralisação fez com que a Receita encerrasse o mês de junho com redução de 50% a aprovação de créditos tributários ao município. O mês passado, R\$ 7 milhões em créditos tributários foram aprovados para Marília, contra R\$ 14 milhões do mesmo período do ano passado. Mais de 3,5 mil processos estão arquivados e a liberação de declarações retidas na malha fina foram reduzidas em 46%. Foram liberadas 780 declarações em junho, contra 1.350 no mesmo período do ano passado.

“O fechamento de junho deverá ser ainda pior, pois se junho foi ruim e só tivemos 10 dias com atividades parciais, julho foi o mês inteiro e a tendência é piorar. Nós estamos sujeitos a ter problema com produtos importados, pois nos portos e aeroportos a operação padrão esta atrasando a liberação de mercadorias”, avalia Benedito.

A categoria reivindica um reajuste de 30,19% no salário final e da tabela remuneratória composta de seis padrões, com uma diferença de 4,5% entre eles. Além da criação de indenização de fronteira, no valor de 20% do maior subsídio da categoria.

Fonte: Diário de Marília